

A Museologia LGBT existe? Reconstruindo os passos do movimento LGBTQ+ junto à museologia brasileira.

Does LGBT Museology exist? Reconstructing the steps of the LGBTQ+ movement together with Brazilian museology.

Mayara Lacial Cunha Ladeia¹
Thainá Castro²

DOI 10.26512/museologia.v11i21.41439

Resumo

O presente artigo é dedicado a investigar a Museologia LGBT enquanto categoria conceitual. O artigo se organiza a partir de fundamentação teórica, destacando a existência de uma temporalidade específica do Movimento LGBT com o campo museológico, especialmente considerando as conquistas obtidas a partir do movimento da museologia social, identificando entre ambos sincronidades e confluências, bem como pontos de contato que possibilitem compreender e sugerir uma historicidade LGBT na museologia brasileira, identificando os processos que levaram a construção de conceitos, práticas e características específicas.

Palavras-chave

museologia LGBT; museologia social, movimento LGBT, teoria museológica; museologia brasileira.

Introdução

É evidente o interesse recente do campo museológico sobre a relação entre os museus e a memória de pessoas de sexualidades dissidentes, podemos observar isso por exemplo com a recente publicação do Caderno de Sociomuseologia, que dedicou uma edição inteira sobre a temática, intitulada *Corpos e Dissidências nos Museus e na Museologia (2021)*, ou mesmo na Roda de Conversa “Escuta, conexão e outras histórias - Populações LGBTQIAP+”, organizada pelo Museu Histórico Nacional, tradicional instituição museológica, no formato virtual, com a participação da Rede de Memória LGBT e Museologia Social, e profissionais de museus, estudantes e pesquisadores em julho de 2021, entre outras ações. Obviamente, este interesse é válido e pode sugerir um mo-

Abstract

This paper is dedicated to investigate LGBT museology as a conceptual category. The academic paper is organized on a theoretical basis, highlighting the existence of a specific temporality of the LGBT Movement with the museological field, especially considering the achievements obtained from the social museology movement, identifying synchronicities and confluences between both, as well as points of contact that make it possible to understand and suggest an LGBT historicity in Brazilian museology, identifying the processes that led to the construction of concepts, practices and specific characteristics.

Keywords

LGBT museology; social museology; LGBT movement; museology theory; brazilian museology.

1 Graduanda no bacharelado em Museologia pela Coordenadoria Especial de Museologia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Faz parte do Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex) da Universidade Federal de Goiás (UFG). É membro da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bacharel em Museologia e mestre em memória Social pela UNIRIO. Docente do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: thaina.castro@ufsc.br

mento de importante mudança nas práticas museológicas brasileiras, que são ainda em sua esmagadora maioria cisheterocentradas.

Contudo, a relação entre a comunidade LGBTQ+ e a museologia não começa agora, o interesse de museus tradicionais ou centrais, de revistas e instituições é fruto da luta do Movimento LGBTQ brasileiro, do surgimento da museologia social, de acontecimentos históricos e implementação de políticas públicas, que juntos pressionaram não só a museologia, mas toda a sociedade na busca pela garantia de direitos a vida.

Tanto o Movimento LGBTQ brasileiro, quanto o Movimento por uma Museologia Social, possuem uma temporalidade específica, que marcadas por acontecimentos históricos e avanços na garantia de direitos sociais e de memória, abriram caminho não apenas para discussões que temos percebido no campo recentemente, mas para o surgimento de museus e redes de memória que a partir da margem, foram ocupando espaços e construindo seus próprios conceitos e métodos, sugerindo assim a existência de uma Museologia LGBTQ.

I Fortalecendo a margem: a historicidade do Movimento LGBTQ e da Museologia Social nas décadas de 1970-1990

Pensar os caminhos percorridos até o entendimento da existência da museologia LGBTQ, implica em reconstruir os passos e marcar a construção de uma historicidade LGBTQ na museologia brasileira, demanda olhar quais movimentos sociais e acadêmicos contribuíram para fazer emergir, hoje, no campo museológico as discussões e o interesse direcionado as relações entre sexualidade e museu. Sugerir, portanto, a existência de uma museologia LGBTQ, é considerar a importância de dois movimentos, o movimento LGBTQ e o movimento por uma museologia social, que ao longo dos anos foram se fortalecendo e produzindo conhecimento, como também pressionando o Estado Brasileiro na busca pela implementação de políticas públicas e pela garantia de direitos imprescindíveis à vida humana.

Foi pela margem, por reivindicações feitas por pessoas que ocupavam nos museus e na sociedade o lugar do não dito (POLLAK, 1989), que pressões foram feitas para que o estado brasileiro reconhecesse a demanda da comunidade LGBTQ+, e não o contrário, afinal não existe interesse do Estado numa sociedade profundamente translesbohomofóbica como o Brasil, de incluir em sua agenda pautas sensíveis a nós, a não ser que elas sejam levantadas pelo enquadramento escolhido pelo Estado, ou que favoreça de alguma forma a economia local *pink money*³, transformando demandas diversas em uma narrativa alegórica, colorida e homogeneizante, que só contribui para o contínuo apagamento das memórias de nossa comunidade.

Portanto, se hoje podemos reivindicar nosso espaço dentro da história que constitui esse país, é porque existe uma temporalidade específica, do Movimento LGBTQ, que sinaliza mudanças sociais que serviram como caminho possível para discutirmos hoje, no campo museológico questões relacionadas a sexualidades e museus. Destaca-se também a importância da museologia feminista, crescente na última década, e componente deste movimento de museologias adjetivadas. A revista *Museologia & Interdisciplinaridade* foi pioneira também ao lançar, em 2018 o Dossiê *Estudos de Museologia e Gênero*, organizado por Mariana Sombrio e Marijara Queiroz, que assim como a museologia LGBTQ teve um

3 É o termo usado para caracterizar a comercialização de produtos para o público LGBTQIA+

importante papel ao questionar essa museologia única e normativa. Também me parece impossível pensar pontos de encontro desse movimento com a museologia brasileira, se não pelas possibilidades outras apresentadas ao campo por meio da Museologia Social onde, novas tipologias de museus como ecomuseus, museus comunitários e pontos de memória, que emergem de demandas sociais e de memórias marginais, não mais do olhar cishetero, branco e centralizador do campo, vão ganhando espaço e legitimidade social.

Ainda que parte do campo museológico não leve em consideração às conquistas obtidas junto à museologia social, criticando a atuação do movimento e suas conquistas, quando pensamos em questões relacionadas às memórias de pessoas de sexualidades dissidentes e museus, e critique a atuação do movimento da museologia social e suas conquistas, a problemática da invisibilidade de pessoas LGBTQ+ e suas memórias nos espaços museológicos, está intimamente ligada ao próprio campo que insiste em não reconhecer a margem como legítima e busca, numa tentativa bastante colonialista e portanto racista, misógina e translesbohomofóbica, mudanças que aconteçam a partir dos museus centrais, como se eles devessem portar as boas novas, lançar tendências e indicar os caminhos futuros à museologia, desconsiderando a potência contida nos movimentos produzidos pelo espaço do não dito, pelas pessoas que ocupam o espaço do não dito (POLLAK, 1989).

Além disso, há de se considerar que a implementação de políticas públicas iniciais em favor de memórias marginalizadas no Brasil teve um curto período de respaldo do Estado Brasileiro, se considerarmos a sua implementação tardia e a situação atual das políticas públicas para memória e cultura que vem sendo sistematicamente desmontadas, desde o golpe que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Cabe esclarecer que quando nos referenciamos a movimento LGBTQ, falamos tanto sobre os atores sociais, organizações de ativistas, agências estatais e poderes públicos, mercado e quem se reconhece ou é reconhecido a partir das categorias enunciadas no sujeitos políticos do movimento (FACHINI, 2009), estabelecendo uma rede diversa e complexa de relações.

Da mesma maneira quando nos referimos ao movimento por uma museologia social, falamos de um movimento que questiona as estruturas, métodos e a própria funcionalidade do museu, deslocando o lugar estabelecido para legitimar memórias, um movimento museológico a favor das memórias marginais e da vida. Ambos são entendidos aqui como movimentos sociais, onde ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural viabilizam formas distintas para população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2007)

Em 1978 começa o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), durante o período da Ditadura Civil Militar, período marcado pela repressão, censura e retirada das liberdades democráticas. Na época, o movimento era formado majoritariamente por homens cisgêneros gays, e surgia como reflexo de diversas influências, entre elas a contracultura, o antiproibicionismo e a problematização do pensamento da esquerda brasileira. Surge aliando-se a outros movimentos, como o de mulheres e feministas, ao movimento negro, à pauta ecológica e a chamada nova esquerda, acompanhando um processo de contestação iniciado na Argentina com o movimento da liberação homossexual em 1967 e na Revolta de *Stoned Wall* nos Estados Unidos em 1969. Neste momento podemos observar que o pensamento da contracultura, que denunciava o tradicionalismo e conservadorismo da sociedade, colaborou na mobilização para organização de um movimento homossexual. Sendo Fachinni (2003:84) o MHB simboliza a

primeira onda do Movimento LGBT brasileiro, com grande influência do Grupo Somos em São Paulo e do Jornal Lampião, caracterizado por olhar para homossexualidade como questão política e social, começa aqui um movimento brasileiro em favor dos direitos das pessoas LGBT.

Além disso a guerra no Vietnã, o maio de 68 na França, a liberação sexual, o movimento feminista, o movimento negro, o movimento estudantil e as organizações de resistência as investidas ditatoriais na América Latina, fazem emergir em todo ocidente, diversos questionamentos acerca de transformações sociais urgentes e necessárias, que começam a ser reivindicadas a partir da organização de pessoas e grupos. Essa onda de contestação às estruturas sociais, não influencia apenas o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais e o início de uma organicidade LGBT, atinge toda a sociedade, de diferentes formas. O universo dos museus também é afetado, fazendo surgir questionamentos importantes no campo museológico.

Sendo assim, em 1979 o campo museológico já havia passado pelas críticas dos movimentos sociais como o movimento negro, movimento feminista e estudantil nos anos 1960 e também pelas discussões suscitadas na Mesa Redonda de Santiago no Chile, em 1972. Aqui na América Latina, ainda enfrentávamos as ditaduras militares, ao mesmo tempo que experimentamos os movimentos de luta e resistência, e no Brasil já havia acontecido o Seminário Regional da Unesco onde foi discutida a função educativa dos museus. É justamente nesse contexto que acontece no Brasil e também na Espanha e na Suíça, em 1979 a publicação do livro *O Mundo dos Museus*, esse livro teve uma importância muito grande para a museologia, especialmente considerando a entrevista de Hugues de Varine, sendo um marco na mudança que se seguiria acerca dos museus e de sua responsabilidade social. (CHAGAS, GOUVEIA, 2014: 10)

Essa entrevista marcou o campo museológico influenciando toda uma geração de pessoas ligadas tanto às pesquisas quanto às práticas empreendidas nos espaços dos museus e de ensino de museologia. Varine, acompanhando o contexto ao qual estava inserido e as discussões que borbulhavam diante de novas possibilidades, chegou à conclusão de que os museus assim como nosso entendimento sobre patrimônio cultural era um fenômeno puramente colonialista, onde os europeus impuseram ao resto do mundo olhar para sua própria cultura a partir de métodos de análise coloniais, ou seja, os museus na maioria das nações, principalmente as que foram colônias, eram criações violentas, resultantes do próprio processo colonizador, provocando a nova geração de profissionais, educadores e pesquisadores a repensar os espaços de memória.

Marcar esse lugar desconfortável aos museus, ao afirmar e trazer luz às questões emergentes ao campo à época, fez com que parte deste mesmo campo, começasse a questionar se não seria possível a relação com a memória a partir de outros conceitos e métodos, abrindo caminho para pensar outras possibilidades para as instituições e o uso das memórias. Ainda que discussões outras estivessem invadindo o mundo dos museus, desestabilizando o entendimento sobre esses espaços, o Movimento LGBT ainda não tinha influência sobre esse processo. Acreditamos que em grande parte isso aconteceu porque o Movimento, estava se fortalecendo, disputando espaço e iniciando o processo de reconhecimento sobre sua função social. Contudo podemos perceber o fortalecimento do pensamento onde a margem busca modificar as estruturas sociais, tanto nos processos e constituição dos movimentos sociais, quanto nos movimentos sobre uma nova museologia.

As décadas de 1980 e 1990, simbolizaram um período de importantes mudanças e disputas no campo museológico, em 1984 com a Declaração de Quebec deu-se origem ao Movimento Internacional por uma Nova Museologia, que foi posteriormente oficializado em 1985, na cidade de Lisboa. O movimento rapidamente se espalhou pelo mundo, não sem antes disputar espaço com a ala mais conservadora e tradicional da museologia. Em 1992, tivemos a Declaração de Caracas, contudo por seu caráter neoliberal sobre as funções dos museus, que desconsiderava o protagonismo das comunidades e dos movimentos sociais, não possui muita relevância para as discussões suscitadas pela nova museologia. (CHAGAS, GOUVEIA, 2014).

Para os autores muito mais relevante ao campo museológico brasileiro foi a Eco-92 e I Encontro Internacional de Ecomuseus, que aconteceu no mesmo ano no Rio de Janeiro, inspirando o ensino e as pesquisas desenvolvidas pela Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), resultando em reuniões projeto e programa de intercâmbio entre Brasil e Portugal. Apesar das investidas contrárias sobre essa nova forma de olhar para as memórias, a museologia social se consolida no Brasil, compreende e assume sua função social.

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros.

(...)A afirmação da museologia social não implica, evidentemente, a negação de outras museologias; mas sim, a compreensão de que existem tendências museológicas que se alinham à espetacularização e à tentativa de homogeneizar e padronizar museus e procedimentos técnicos; e que também existem outros caminhos, outras formas de pensar e praticar a museologia.

A museologia social, na forma como aqui a estamos considerando, encarna a tarefa de “escovar” a museologia “a contrapelo” I I (BENJAMIN, 1985: 225) e implica a afirmação da potência da vida contra a exaltação da morte, da escravidão, da barbárie e da tirania; implica o estímulo à insubordinação contra a prática pedagógica que desejando obediência absoluta ordena: “perinde ac cadaver” – comporte-se “como um cadáver.

(CHAGAS, GOUVEIA, 2014: 17-18)

Esses acontecimentos no campo museológico datam de um período de importantes mudanças no cenário político do Brasil, o período de enfraquecimento do regime militar, e abertura política, dando início ao processo de redemocratização do país, após vinte e um anos sob a Ditadura Civil Militar. Com o fim do regime em 1985, dá-se início ao movimento da constituinte após Assembleia em 1987, que viria a aprovar em 1988 a nova Constituição Federal. Se por um lado, o país experimentava a retomada dos direitos democráticos e o fortalecimento dos movimentos sociais e organizações partidárias com viés progressista, pela esquerda brasileira, por outro, o Movimento LGBT enfrenta outros desafios trazidos pelo atravessamento da pandemia de HIV/AIDS.

Se em 1978 data o início do movimento LGBT, compreendido até então pela sigla MHB, a partir da criação do grupo Somos em São Paulo e caracterizado pela politização dos temas envoltos a vida de pessoas homossexuais, o movimento adentra a década de oitenta com disputas internas, e a polarização entre a “esquerda” e a autonomia das lutas das minorias (FACCHINI: FRANÇA,

2009). Em 1981, as mulheres que haviam começado a participar do encontro e discussões do Grupo Somos, fundam um grupo separado chamado de Grupo Lésbico Feminista. Seguindo as tendências envoltas nos movimentos sociais da época, os grupos LGBTs preservavam, segundo as autoras, relações horizontais entre seus membros, seja sobre sua organização política não hierárquica ou mesmo no combate às desigualdades experimentadas por homens e mulheres dentro do movimento. Contudo havia também tensões comuns das disputas protagonizadas dentro dos movimentos sociais.

O primeiro momento do Movimento LGBT brasileiro compreendido pelas movimentações iniciadas no começo da década de sessenta até o final dos anos setenta, se encerrou pouco antes do início da década de oitenta, e diversos são os motivos que marcam as mudanças observadas no foco e nas lutas, caracterizando a segunda onda do Movimento, Segundo Facchini:

Esse primeiro momento encerrou-se antes de meados dos anos 1980, com uma drástica redução na quantidade de entidades e mudanças na distribuição geográfica dos grupos mais influentes, bem como na postura política mais geral do movimento. Vários fatores podem estar implicados nessa redução quantitativa: o surgimento da epidemia da aids e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual; o fato de que muitas lideranças tenham se voltado para a luta contra a epidemia; o próprio fim do jornal *Lampião*, um dos principais meios de comunicação para o movimento; o novo contexto de democracia do país que exigia uma mudança de perfil para a continuidade dos grupos, pois não oferecia mais o “inimigo” externo que unificava todos contra “o poder”. Ao contrário, o fim da ditadura acenava com a abertura de canais de comunicação com o Estado, embora, em relação ao movimento homossexual, tais canais só tenham surgido quando se compreendeu que a epidemia do HIV era um problema de saúde pública e não apenas de “grupos de risco. (FACCHINI, FRANÇA, 2009:59-60)

A segunda onda do movimento, portanto, é marcada pelo atravessamento da pandemia de HIV/AIDS e redemocratização do país, mudando os rumos do movimento homossexual brasileiro (MHB). Questões relacionadas a mudanças sociais mais estruturais, perdem espaço para questões específicas. Apesar de muitos autores sinalizarem o período como de desmobilização do movimento, acredito que apesar de difícil, tenha sido um importante momento para o movimento que passa a priorizar e entender quais as reais demandas sociais da nossa comunidade, tendo inclusive conquistas significativas no que tange direitos sociais de nossa comunidade.

Além disso, houve uma descentralização do eixo Rio de Janeiro- São Paulo, com forte influência dos ativistas João Antônio Mascarenhas (Jornal *Lampião da Esquina* e fundador do grupo *Triângulo Rosa*) e Luiz Mott (fundador do Grupo Gay da Bahia- GGB), contribuindo para outras discussões e relações observadas sob a vivência de pessoas de sexualidade dissidentes pertencentes a outras regiões do país. Com as demandas urgentes relacionadas à vida de pessoas que viviam e conviviam com HIV/AIDS, houve uma maior mobilização em tecer redes internacionais com foco na vida de pessoas LGBTs, e também uma maior necessidade de organização em grupos, e uma menor resistência à institucionalização dos mesmos.

O trabalho empreendido durante a década de oitenta para legitimar a homossexualidade como um lugar social e a atuação dos grupos pertencentes ao movimento no combate a AIDS rendeu conquistas como a retirada da homossexualidade do Código de doenças do Instituto Nacional da Previdência

Social, a adoção da ideia de orientação sexual, e discussões sobre a inclusão de direitos específicos aos homossexuais na Constituição Brasileira. Esse intenso trabalho resultou num aumento significativo de grupos e organizações fazendo com que o movimento voltasse a crescer no início dos anos noventa, com reconhecidos avanços no reconhecimento e promoção dos direitos de LGBT e ações para a prevenção do HIV/AIDS.

A década de noventa marca a entrada das questões LGBT no universo político organizado, com setoriais destinados a nossa comunidade em partidos como PT e PSTU, candidaturas e proposições de projeto de leis, resultando no projeto de lei em 1995 sobre a parceria civil de pessoas do mesmo sexo, e, no ano seguinte, o movimento conquistou a inclusão da categoria homossexual no I Plano Nacional de Direitos Humanos, caracterizando a terceira onda do movimento. Já em 1997, aconteceu a Primeira Parada do Orgulho LGBT na cidade de São Paulo, com o slogan “Somos muitos, estamos em muitas profissões”, a primeira parada contou com cerca de dois mil participantes, dando indícios do que viria a ser uma das maiores Paradas da Diversidade Sexual no mundo.

As disputas internas, encontros estaduais, nacionais e internacionais sobre a temática multiplicam também as categorias de referência dos sujeitos políticos, em 1993 o movimento aparece descrito como MGL - Movimento de Gays e Lésbicas, já em 1995 como Movimento GLT (gays, lésbicas e travestis), na primeira metade dessa década, outra sigla se popularizou e foi amplamente utilizada para carterizar ações de turismo, lazer e cultura, a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) Já no final da década de noventa, em 1999 aparece como Movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), variando entre GLBT e LGBT, conforme hierarquia representativa, dependendo do espaço, oficializada apenas em 2008.(FACCHINI, 2009:140) Essas mudanças de siglas nos anos noventa simbolizam a disputa dos grupos por um espaço de representatividade que, para além de tornar visível outras existências dentro da comunidade, permitia a inclusão de um grupo maior na reivindicação por políticas públicas, e eram discutidas e legitimadas por fóruns e encontros nacionais.

Se até esse momento o campo museológico não havia produzido ainda estudos e pesquisas sobre memória de pessoas de sexualidades dissidentes, o movimento GLBT já indicava uma preocupação com suas memórias individuais e coletivas, após as problemáticas e dificuldades trazidas pela epidemia de HIV/AIDS.

Talvez seja possível, que a cultura da AIDS, tenha sido o locomotor responsável pela necessidade de representação. Inicialmente, para homenagear a memória dos mortos, posteriormente para preservar documentos e pesquisas, e conseqüentemente a necessidade de divulgação e sensibilização de outros públicos através de exposições afirmativas e educativas. Para tal, é possível, que esta seja a gênese desta tipologia de espaços e indicadores de memória de sexualidades desobedientes, uma vez que, antes deste marco, não foram encontradas ações voltadas para a preservação destas memórias. De fato, a contracultura, somada ao advento da AIDS, transformou as vidas, memórias e histórias de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. (BOITA, 2018:41)

Dois exemplos que resultaram da necessidade de representação, por demanda do momento, foram: a criação do Museu da Sexualidade em 1998, pertencente ao Grupo Gay Bahia- GGB, e a articulação entre ativistas de São Paulo, como João Silvério Trevisan e Franco Reinaldo, sobre a criação de um portal específico para salvaguardar as memórias de pessoas que viviam e conviviam

com HIV/AIDS na capital, essa primeira articulação anos depois resultaria na criação do Museu da Diversidade Sexual.

Ao reconstruir os caminhos do Movimento GLBT e o início do movimento por uma Museologia Social nos anos 1990, é possível perceber que o período simboliza um pré cenário prévio, que possibilitará aos dois movimentos encontros importantes e novas conquistas sobre a memória LGBT, que poderão ser observados com a entrada dos anos 2000. Esses vinte anos de intensas mudanças na organização de movimentos sociais, e fortalecimento do Movimento LGBT, somados às mudanças político sociais obtidas no processo e após a redemocratização, aumento do interesse sobre questões de sexualidade no mundo acadêmico, além de questionamentos sobre as estruturas coloniais que fundamentam o campo museológico, semearam o solo para as discussões futuras que formulariam a existência de uma categoria conceitual denominada Museologia LGBT.

2 A “Explosão” da visibilidade LGBT no país e o início da construção de uma historicidade LGBT no campo museológico brasileiro

Se as décadas de setenta, oitenta e noventa abriram caminho e prepararam o terreno para discussões acerca da Memória LGBT no campo museológico brasileiro a partir dos anos 2000, isso só foi possível pelas mudanças no rumo dos pensamentos sociais e das políticas públicas conquistadas por articulações, lutas e pressão do movimento LGBT brasileiro e por estudantes, pesquisadores e profissionais de museu influenciados pela Museologia Social, também pertencentes à comunidade LGBT. Não que o Brasil tivesse se tornado um país menos fóbico e racista, ele ainda o é, mas a virada do século, segundo Facchini (2018), marcou o ápice de conquistas e visibilidade da comunidade LGBT em sua primeira década, tendo como marco a criação do Programa Brasil sem Homofobia em 2004, e a I Conferência de Políticas para LGBT, em 2008.

Sobre os acontecimentos histórico/sociais e contexto político, que influenciaram e deram início as articulações, que resultaram no Programa Brasil sem Homofobia, articulado por meio de diversos ministérios, e na I Conferência de Políticas para LGBT, apresento, segundo Facchini, a sequência pela própria autora, pois compreende uma análise bem completa, onde os passos são detalhados de forma simples e objetiva.

(...) duas noções que se tornam recorrentes no vocabulário das políticas públicas brasileiras neste começo de século: transversalidade e intersetorialidade. Essa ênfase nos remete a processos políticos internacionais que se tornam evidentes quando da realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, em 2001.

(...) a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001, e a elaboração do PNDH II, em 2002, são incluídas algumas ações direcionadas a LGBT.

(...) a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que passa a ter status de ministério e incorpora o CNCD, como instância de participação e controle social; e 2) com a designação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate à homofobia, que deu origem ao “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” em seu formato interministerial (DANILIAUSKAS, 2009).

Em 2008, realizou-se em Brasília uma Conferência Nacional GLBT inédita, precedida de reuniões regionais e estaduais. (...) resultando num total consolidado 510 propostas, avaliadas e complementa-

das na etapa nacional. Na solenidade de abertura, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e representantes do movimento discursaram, causando grande impacto na mídia e no movimento. O Brasil é o primeiro país a promover uma atividade dessa natureza, que sinaliza o compromisso do Estado brasileiro com a promoção dos direitos de LGBT (BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008). (FACCHINI, 2018:134-137)

Foi justamente na conferência realizada em 2008, para discutir esses direitos que, não antes sem muita disputa, a sigla LGBT entrou como a oficial para pleitear e estabelecer políticas públicas, com foco na garantia de direitos civis e acesso à saúde por meio de programas específicos. A conquista da letra L de Lésbicas na frente do G de gays, obviamente foi obtida por meio da mobilização de mulheres lésbicas e feministas, que tiveram desde o início uma atuação importante e de grande influência nos rumos do movimento. E se nos primeiros dez anos, ainda não discutimos interseccionalidade nas ações implementadas por políticas públicas, após a entrada do século XXI tínhamos outras categorias como raça, classe e gênero fossem pensadas dentro do movimento e nas ações do governo federal. No mesmo ano da conferência, em 2008, é implementado o Programa Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e em 2010 a Política Nacional de Saúde Integral a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, as duas iniciativas acontecem por meio de ações do Ministério da Saúde. No ano seguinte, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva estável, garantindo direitos aos casais homossexuais que antes eram destinados apenas a casais heterossexuais, como benefícios da previdência social, herança e inclusão de dependentes em planos de saúde.

É importante pontuar que esses avanços ainda que obtidos pela pressão da margem, encontram um caminho de maior diálogo com o poder público (municipal, estadual e federal), com a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores), que junto ao PSTU, foi o primeiro partido a ter uma setorial LGBT. A ideia de um governo progressista de esquerda, após anos de investidas conservadoras e colonialistas na política nacional, fez com que a esperança por um país mais inclusivo e diverso fosse o mote das ações sociais organizadas, indo de encontro ao slogan do governo federal, “Brasil um país de todos”. A própria representatividade da margem ocupando o centro, pela figura do presidente da República simboliza de forma bem objetiva esse período.

Outro ponto importante que marca o período é a popularização dos conceitos de transversalidade e intersetorialidade, que podem ser observados em uso nas práticas sociais e implementação de políticas públicas por meio da participação da sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONG), ativistas e movimentos sociais junto ao governo federal. As ações são voltadas na promoção dos direitos humanos e garantias civis, e na luta contra a discriminação e homofobia, em níveis municipais, estaduais e federais, intensificando as discussões também no interior dos estados, continuando movimento começado na metade dos anos noventa, onde houve um aumento significativo nas organizações de cunho institucional, como as ONGs nas pequenas cidades do país.

Acontece também a popularização das Paradas da Diversidade Sexual no país, entendido como movimento das Paradas, que por influência da organizada na capital de São Paulo em 1997, começam a sair nas ruas em outras capitais e interiores para celebrar o orgulho de existir, e marcar também o espaço social do visível. A Parada do Orgulho LGBT que ocorreu em São Paulo

em 2005, marcou profundamente o pensamento do período, reunindo mais de um milhão de pessoas nas ruas da capital paulista. Esse mar de gente, logo foi notado pelo mercado que viu no evento possibilidade de lucro, a Parada de São Paulo atualmente é o maior evento da capital e o segundo maior evento que movimenta no país o turismo internacional, ficando em números atrás apenas do carnaval do Rio de Janeiro, aumentando também a receita do Estado e sendo incluída na agenda cultural de São Paulo.

Esse momento também influencia e abre espaço para discussões acadêmicas sobre questões LGBT no país, aumentando consideravelmente o número de publicações com a temática. Diversos motivos podem ser citados, primeiro existia uma demanda da comunidade para construção de uma historicidade LGBT que desse conta de acompanhar e subsidiar projetos de leis e políticas públicas, depois porque, se antes pesquisadores voltados a temática não tinham muito espaço nas universidades e programas de pesquisa, esse cenário muda e passa a voltar seu interesse para as questões sobre o movimento LGBT brasileiro, gênero e sexualidade nas mais diversas áreas do conhecimento, acompanhando um movimento internacional sobre estudos de sexualidade e gênero.

Todo esse cenário favorável a discussões de cunho progressista em diversos campos de conhecimento, também encontra a museologia, e se nos anos anteriores a ideia de uma Museologia Social, ganhava espaço entre os estudantes, professores, pesquisadores e profissionais de museu no país, essas ideias encontraram o cenário favorável para florescer por meio da implementação de políticas públicas voltada a cultura e aos museus.

Durante a gestão do governo Lula (2003 a 2011), com o reconhecimento da importância dos museus para a elaboração e execução de uma política cultural, diversa, abrangente e democrática, e com o ministro Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC), foi realizado em 2003 o lançamento da Política Nacional de Museus, visando à organização e estruturação do setor. Em 2004, temos a criação do Sistema Brasileiro de Museus, buscando articular as instituições das três esferas de poder a elaboração de uma legislação específica para as instituições museológicas e a criação do IBRAM, em janeiro de 2009. Foram pensadas também, novas formas de financiamento do setor, com destaque para o lançamento de diversos editais, e por fim, o surgimento de novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia. (AMAZONAS, 2010), cabe pontuar aqui também a importância da criação do Programa Pontos de Memória, pelo IBRAM, como um estímulo do Estado para iniciativas comunitárias sobre memória, ainda que com poucas ações tenham sido desenvolvidas desde então. (BOITA, 2018: 33)

As ações de políticas públicas culturais do governo, voltada aos museus e o aumento de cursos de graduação e pós-graduação no país entre 2003 e 2010, “foi bastante revelador da importância adquirida pelo setor nos dois governos Lula da Silva” (AMAZONAS, 2010) e fez borbulhar discussões no campo museológico brasileiro. Até 2002 existiam apenas dois cursos de graduação em Museologia em universidades públicas, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) – e um curso em universidade privada – Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE-SC). Hoje temos diversos cursos espalhados por universidades federais, sendo possível encontrar cursos de graduação em museologia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Pelotas (UFPel/RS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de

Ouro Preto (UFOP/MG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na pós-graduação temos os respectivos programas encontrados na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST) Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) Programa de Pós Graduação em Preservação de Acervos em Ciência e Tecnologia (PPACT), Universidade Federal da Bahia (UFBA) Programa de Pós Graduação em Museologia (PPG MUSEU), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG MUS PA), Universidade Federal do Piauí (UFPI) Programa de Pós Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia e na Universidade de São Paulo (USP) Programa de Pós Graduação Interunidades em Museologia.

Em 2010, com o universo dos museus e das políticas públicas culturais em plena efervescência acontece na cidade de Brasília o 4º Fórum Nacional de Museus com o tema Direito à Memória, Direito a Museus, dentre as discussões diversas levantadas por mesas, painéis, palestras e reuniões, acontece a palestra de Luiz Mott, ativista e fundador do Grupo Gay da Bahia e do Museu da Sexualidade, “provocando a comunidade museológica a acordar para o tema” (BAPTISTA, BOITA, 2017: 112), o fato de um ativista como Luiz Mott discorrer sobre a necessidade de pensar os lugar da Memória LGBT na sociedade brasileira, joga no “colo” do campo museológico, sua responsabilidade em pensar as questões envoltas na relação entre os museus e a sexualidade no país, mais do que isso, evidencia a ausência de ações e pesquisas na construção da historicidade da museologia brasileira que considerem a existência de pessoas de sexualidades dissidentes, até então, marcando o encontro do movimento/pensamento LGBT com os estudantes, pesquisadores e profissionais de museus que pertenciam a comunidade LGBT e que atuavam em favor de uma Museologia Social.

No V Fórum Brasileiro de Museus, em 2012, que aconteceu no primeiro ano do mandato da presidenta Dilma, sob o tema “40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade”, nenhuma ação foi observada, dentro da na programação oficial, que indicasse disposição ou interesse, em dar continuidade às questões levantadas no ano anterior, pela palestra de Luiz Mott. Isso não impediu que profissionais de museus, estudantes e pesquisadores, pertencentes a comunidade LGBT, se reunissem extra oficialmente para organizar a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, que se mantém atuante e próxima de comemorar seus 10 anos de fundação. Coincidentemente, também em 2012, sob decreto Estadual, foi inaugurado o Museu da Diversidade Sexual, em São Paulo.

A constatação de que até então, éramos invisíveis ao campo museológico brasileiro, mesmo dentro de um contexto político mais progressista, e de que espaços que abrangiam o movimento por uma museologia social, provocou num primeiro momento questionamentos, depois evidenciou ausências, em seguida demandou organização em rede para a articulação de pesquisas e mapeamentos, que fizeram surgir diversas e importantes contribuições, indicando o início da construção de uma historicidade LGBT na museologia brasileira. Nos anos seguintes, a consistente e contínua produção acerca da temática, sugere hoje, não só a existência de uma uma historicidade mas de uma categoria conceitual, compreendida como Museologia LGBT.

3 Museologia LGBT: entendendo os movimentos e o pensamento LGBT na Museologia Brasileira.

Se até 2012 era inexistente a discussão sobre as memórias LGBTs no campo museológico brasileiro, nos anos que seguiram até a atualidade podemos dizer que este cenário mudou. Ainda que seja observada uma demora na implementação de políticas públicas à comunidade LGBT, após a primeira década dos anos 2000 (FACCHINI, 2018), e que o campo museológico ainda careça de revisões quanto às suas práticas e conceitos que favorecem o apagamento de nossas identidades, um contra movimento museológico foi ganhando força, corpo e disputando espaço. Esse movimento, que após quase uma década resiste e produz consistente trabalho intelectual, e que pode ser observado na bibliografia produzida ao longo do tempo, é o que hoje compreendemos e defendemos ser a Museologia LGBT.

Acreditamos que as museologias dissidentes como a Museologia LGBT, Museologia Kilombola, Museologia Indígena, que se opõem a estrutura colonialista e portanto violenta dos museus e do campo museológico, é construída em primeira pessoa, sendo assim possui o movimento de se organizar, reagir e criar a partir do fortalecimento entre seus pares e grupos. A museologia LGBT junto das museologia dissidentes estabelece suas relações com as memórias e constrói suas narrativas em primeira pessoa porque falar por si mesmo é o caminho possível as memórias subterrâneas, que suprimidas e apagadas da história oficial, encontram a possibilidade de organização e registro a partir das rupturas que provocam e por onde emergem em momentos de crise (POLLAK, 1989).

Desse processo de ruptura e da contínua disputa enfrentada pela comunidade LGBT no campo museológico, é que surge a Museologia LGBT. Mas quando, de fato, essa terminologia começou a ser usada? Ela é reconhecida pelo campo museológico? O que a define como tal?

Para encontrar essas respostas há de se considerar o pioneirismo das discussões levantadas por Jean Baptista e Tony Boita na museologia brasileira, se por um lado o artigo publicado no Cadernos do CEOM, em 2014, intitulado *Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)* afirma que o movimento LGBT está incluído nas práticas, proposições e bandeiras de luta da Museologia Social e que segundo as palavras do próprio Jean Baptista em entrevista virtual realizada em 2021 [...] “é o que mais causa” [...] no campo museológico, por outro lado, a terminologia e discussões sobre o que hoje entendemos como Museologia LGBT não começam ali.

Apesar de incluir o movimento LGBT nas discussões da Museologia Social e defender a existência de caminhos e práticas vindas dos movimentos sociais no campo museológico (CHAGAS, GOUVEIA, 2014) o uso da terminologia Museologia LGBT e as discussões sobre o apagamento e as lacunas quanto às ações, conceitos e práticas relacionadas às memórias de nossa comunidade no campo, são anteriores à data de publicação do referido artigo.

A terminologia Museologia LGBT, como aponta Baptista (2021), começou a ser utilizada logo após o 5º Fórum de Museus, “Olha, em 2011 já usávamos em aulas e eventos. Em 2010 é o primeiro projeto, 2012 funda a rede. No MUF trabalhávamos o termo museologia comunitária LGBT [...] Então teve a realização do primeiro seminário Museologia LGBT. Lá no MUF mesmo. No seminário digamos a nomeação foi a baila, gerou indignação nas redes, ao mesmo tempo que trouxe adesão. [...] Agora na revista é o termo usado desde o início. Diria, portanto, que o termo foi se construindo entre os anos de 2010 e 2012, para

em seguida ir se solidificando, como segue até hoje.” No parágrafo abaixo, destacamos um trecho importante dessa entrevista, onde Baptista, relata a partir do olhar de quem estava lá quando aconteceu, como foram as discussões e o marco sobre o uso do nome museologia LGBT.

A gente falava de museologia e comunidade LGBT, museologia comunitária LGBT, sabe, foi gradualmente acontecendo, mas teve um dia Mayara, que foi definitivo foi quando a gente lançou o evento de Museus Memória e Museologia LGBT, no MUF, houve muito ataque por parte do campo museológico que defendia que existia apenas uma museologia, eu acho que dá pra dizer que foi por teimosia que a gente passou a utilizar o termo Museologia LGBT. Foi fazer mais sentido, essa terminologia na medida que a gente foi vendo o trabalho dos alunos, os trabalhos acontecendo. A conclusão da dissertação do Tony foi muito importante para a gente entender que não era uma coisa que só nós estávamos fazendo, que tinha muita gente vinda de fora. E a definição da sigla, né, porque por um tempo a gente chamou de muitos modos, mas entender que era vinculado ao debate de políticas públicas, por ter vindo lá dos pontos de memória foi determinante, né. E foi uma odisséia, tem sido eu acho que não terminou esse debate né, ali a Vitória lançou agora Museologia Sapatão, Vinícius Museologia Babadeira eu adoro que a museologia LGBT não é pontual né, ela é na verdade possibilidades, ela é campo de possibilidades, não um ponto final. Eu gosto muito disso. (BAPTISTA, 2021)

Ainda que parte do campo museológico defenda a existência de apenas uma museologia e não queira abrir mão de conceitos e métodos que não correspondem com as demandas atuais do próprio campo, reforçando e legitimando apenas as memórias cishétero-centradas, brancas e portanto colonialistas, racista e lgbtfóbica, não é possível esconder ou fechar os olhos para o contra movimento na museologia brasileira protagonizado pelas museologias dissidentes como a Museologia Kilombola, a Museologia Indígena e a Museologia LGBT. Ao buscar compreender os caminhos percorridos pela museologia LGBT, ficou evidente tanto nas ações observadas, quanto nas discussões produzidas, nos eventos e na bibliografia encontrada até então, que o movimento e o pensamento LGBT na museologia brasileira são presentes e se fazem no constante movimento da luta e da disputa pelo seu espaço nas histórias oficiais, nacionais enquanto sujeitos de seu tempo. E que ao se colocar contrário ao próprio apagamento, acaba por fazer oposição à manutenção de uma museologia mais tradicional.

Desde 2014, com a publicação na Revista “Cadernos do CEOM” que causou repercussão no campo museológico com o artigo “Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero” também de Jean Baptista e Tony Boita, vemos a crítica que eles sinalizam: “a ausência de um debate museológico sobre a questão LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais)” que discutia como o protagonismo LGBT poderia contribuir no processo democratizador da Museologia Social se posicionando contrária ao extermínio de corpos pertencentes a nossa comunidade. As publicações atuais de monografias, dissertações e teses como por exemplo, as pesquisas de Mayra Silveira Pietrantonio (2018), Caio Tedesco (2018), Alex Padilha (2020), Vick Lobo (2020) e Gabe Macedo (2020), mostram que foi se construindo em movimento pelas memórias LGBTs a partir de nossas experiências, criando narrativas de e para LGBTs, afirmando o lugar de nossos corpos, processos, lutas e pesquisas no campo museológico brasileiro, colocando a museologia e os museus como mais um espaço de atuação do movimento e do pensamento LGBT. Esses movimentos ocorreram em um momento caracterizado pela democratização do

A Museologia LGBT existe?

Reconstruindo os passos do movimento LGBT junto à museologia brasileira

acesso às Universidades Federais e Estaduais, com a implementação do sistema de cotas, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

De 2014 até 2021, o número de publicações sobre a temática e o interesse pelo tema aumentou, assim como a produção de eventos que discutem museologia e sexualidade, o que pode simbolizar - e acreditamos que assim o faça - um amadurecimento das discussões sobre a memória LGBT, como reflexo de todo trabalho e caminho percorrido desde 2010, como também pela democratização do acesso ao ensino superior e aumento significativo no número de cursos de museologia, mudando o perfil de museólogos formados e deixando mais plural e diversa as discussões no próprio campo.

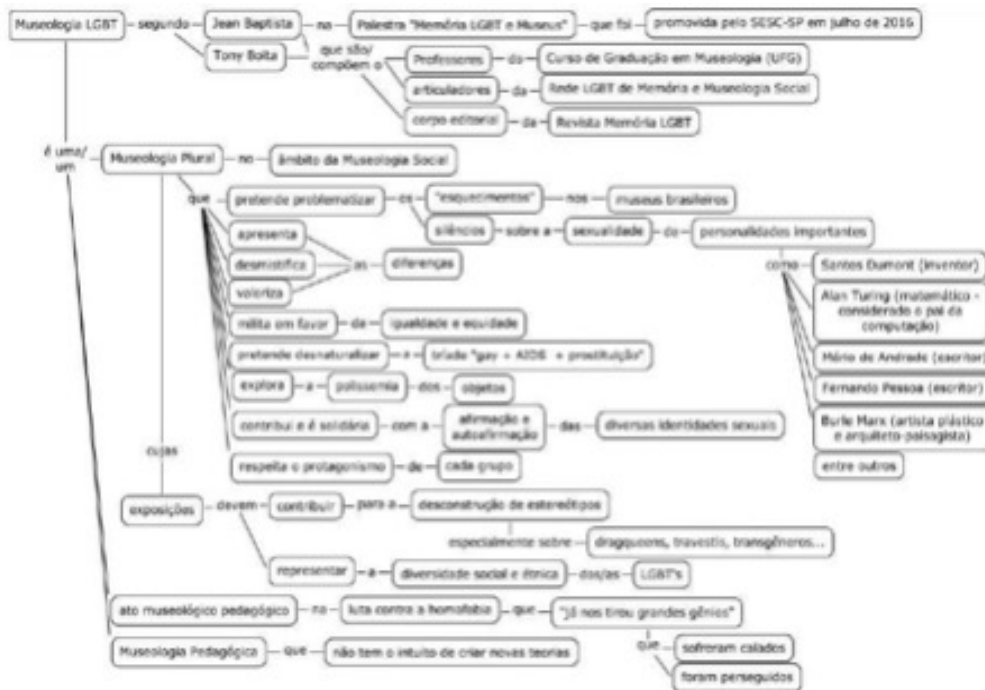
Contudo, esse período marca também uma troca de sistema político no âmbito nacional, com significativo desmonte de políticas públicas que ainda se faz em curso, o aumento de discursos racistas e LGBTfóbicos legitimados pelo Governo Federal e repercutidos pelo crescente e perigoso movimento bolsonarista, onde segundo Facchini:

Os avanços na proteção aos direitos humanos de LGBT observados recentemente no Brasil estiveram ancorados num contexto de reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos e de combate à intolerância no âmbito das Nações Unidas, mas fragilizam-se sensivelmente ao sabor dos processos transnacionais de politização reativa das moralidades e do campo religioso. (FACCHINI, 2018: 7)

Sendo assim, a crescente discussão sobre museologia LGBT perpassa também a dimensão da necessidade atual e urgente do registro de nossas memórias frente às violências crescentes e ao apagamento institucional cada vez mais veloz sobre nossos corpos e vozes. Se é possível observar a museologia LGBT a partir das produções sobre a temática e se é possível observar uma crescente no que diz respeito a sua discussão, quais seriam então seus marcadores? O que define a Museologia LGBT?

Um ponto de partida para pensar os marcadores da Museologia LGBT, certamente parte de sua aproximação com a Museologia Comunitária. Como citado por Jean Baptista (2021), o trabalho com o Museu de Favela (MUF) desenvolvido entre 2015 e 2016, pensando a museologia comunitária LGBT, influencia o entendimento e a própria construção do campo conceitual compreendido como museologia LGBT. Essa aproximação pode ser observada nas ações do projeto desenvolvido no Museu de Favela (MUF) que sediou o primeiro seminário *Museus Memória e Museologia LGBT*, nos artigos publicados pela Revista *Memórias LGBT*. Já na tese de doutorado *Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: Estudo Exploratório de Possibilidades de autoria de Suzy da Silva Santos*, defendida em 2017, a autora defende a existência da Museologia LGBT, como defende também a existência de outras museologias como a Kilombola e a Indígena. Além disso, ela desenvolve um mapa conceitual para a museologia LGBT que pode ser observado abaixo:

Figura 1 – Mapa Conceitual: Museologia LGBT segundo Jean Baptista e Tony Boita (2016).



Fonte: Suzy Santos, 2017.

Ao observar o mapa conceitual (Figura 1), organizado a partir das reflexões trazidas na produção de Jean Baptista e Tony Boita, considerando especialmente a palestra ministrada pelos dois em 2016, Santos Souza Santos elenca alguns marcadores sobre o que seria ou definiria em linhas iniciais a categoria conceitual Museologia LGBT, ao reunir em seu mapeamento características encontradas ao longo da produção dos dois autores. Sendo assim os seguintes marcadores são elencados, onde a museologia LGBT está dentro do escopo da Museologia Social e Comunitária, é considerada uma museologia pedagógica⁴, sem interesse em produzir teorias, pretende problematizar os esquecimentos sobre as memórias LGBTs nos museus brasileiros, apresentando desmistificando e valorizando as diferenças existentes na própria comunidade e para além dela. Também é uma ferramenta de luta em favor da igualdade e equidade, explora a polissemia dos objetos, além de contribuir e ser solidária com a afirmação e auto afirmação das diversas identidades sexuais, respeitando o protagonismo de cada grupo. Em relação às exposições museológicas, acredita que elas devam contribuir para a desconstrução de estereótipos especialmente considerando vivências travestis, transgêneras e também as drag queens, uma vez que elas também devem representar a diversidade social e étnica dos LGBTs. É um ato museológico pedagógico na luta contra a homofobia, que já ceifou diversas vidas de pessoas que sofreram caladas e foram perseguidas.

Essas características inicialmente definidoras, mas não limitantes e em constante transformação, foram ganhando contornos outros que podem ser observados no artigo “O que é Museologia LGBT?”, publicado na Revista Memórias LGBT+Feminismos, o artigo publicado no 2º semestre de 2020, traz marcadores do que Jean Baptista, Tony Boita e Camila Moraes Wichers consideram determinantes para caracterizar essa museologia:

4 Conceito utilizado por Suzy Souza Santos durante processo de mapeamento conceitual da museologia LGBT.

Museologia LGBT passou a ser entendida como uma categoria conceitual criada para ser aplicada no conjunto de iniciativas da América Latina, tal qual temos demonstrado em distintas ocasiões (BAPTISTA; BOITA, 2014; 2017, 2018), de onde se pode depreender sete características básicas:

- 1 [...] , é uma Museologia produzida por quem utiliza o pronome “nós” e não apenas por quem é gay ou lésbica, por exemplo, gerando potentes conjugações interressadas na defesa de um coletivo;
- 2 Opõe-se a tentativas de expropriação de seus patrimônios por pessoas que não pertencem a essas comunidades, em especial quando empreendidas por pesquisadores acadêmicos, políticos demagógicos, ONGs elitistas, igrejas e milícias, entre outras organizações exóticas às comunidades — o pertencimento direto, portanto, é característica fundamental dessa produção;
- 3 Estar vinculada às políticas públicas na América Latina, e por isso utiliza a sigla LGBT, pois é esta a forma consagrada de denominar a ampla população que não se encaixa na matriz heterossexual no campo das Políticas Públicas deste território (BOITA, 2018), sobretudo como se nota no Brasil [...];
- 4 É uma Museologia popular e, conforme realidade latino-americana, é localizada em periferias urbanas ou simbólicas, bem como consta com corpos não-brancos em sua gestão, ou seja, corpos negros, indígenas, afro-indígenas, pardos etc, o que a torna uma prática criativa, que valoriza a performatividade enquanto expográfica e utiliza materiais econômicos ou reciclados, indispondo-se a orçamentos elevados pois sabe que existem questões emergenciais onde o dinheiro deve de fato ser gasto;
- 5 é uma Museologia em pleno diálogo com uma Museologia Feminista também emergente e interseccional em raça e classe
- 6 [...] a Museologia LGBT integra certamente a Museologia Social ou Sociomuseologia, não sem antes alertar que dentro desse grande escopo também reside a fobia à diversidade sexual comum aos museu;
- 7 Por valorizar performances, vocabulários, múltiplas sexualidades e identidades plurais em constante renovação, este modo de conceber Museologia pode ser nomeado como Museologia Pajubá, Museologia Babadeira, Museologia Pintosa, Museologia Fechativa, Museologia Afrontosa, Museologia Travesti, Museologia Trans, Museologia Sapatão, Museologia Lgbt Afro-Índigena, entre outras possibilidades criativas que certamente irão variar quanto mais se experimentar uma libertação sexual museológica. (BAPTISTA, BOITA, WICHERS, 2020: 5-6)

Essas sete características, dão os primeiros contornos e são fruto das discussões e produções suscitadas por diversas vozes ao longo de seu processo de construção e da própria passagem do tempo, como dito anteriormente, e representam também o amadurecimento das discussões sobre as memórias LGBTs. Ousamos acrescentar a característica de ser uma museologia que assim como a Kilombola e Índigena e Feminista é dissidente das práticas já cristalizadas nas instituições de memória e no ensino da museologia no Brasil, sendo, portanto, essencialmente anti racista e anti colonialista, na formulação de seus conceitos e no exercício de suas práticas, propondo caminhos a serem experimentados e vivenciados no momento presente. Outra característica que acrescentamos aqui, não na tentativa de encerrar as discussões, mas para ampliar as possibilidades de discussão: espaços destinados a memórias dissidentes ganham contorno de corpo museu, ou corpo museal. Explico: por se tratarem de espaços constituídos em primeira pessoa, acabam por incorporar em sua institucionalidade ou sede, seja física ou virtual as experiências vivenciadas pelos corpos de quem a constitui, incluindo as violências Lgbtfóbicas.

Considerações Finais

Conseguimos observar que ao investigar a historicidade tanto do movimento LGBT brasileiro, quanto do campo museológico nacional é possível encontrar confluências que vão unindo os dois a partir de contexto sócio político específico, e que, apesar da descontinuidade da implementação de políticas públicas voltadas tanto para a memória e cultura, quanto para a comunidade LGBT, a busca pelo direito à memória de nossa comunidade não é interrompida. Ao marcar essa aproximação e, observar a partir dela a continuidade de ações diversas em favor de nossas memórias dentro do campo museológico, fica evidente a existência de uma historicidade LGBT, na museologia brasileira, construída a partir do encontro entre o movimento LGBT e o campo museológico.

Esse encontro faz emergir questionamentos outros sobre o lugar das memórias LGBTs, tanto dentro dos espaços dos museus, como nas discussões teóricas sobre práticas e metodologias que contemplem nossas existências e demandas. Diante dessas lacunas surge ainda sem nome, a Museologia LGBT. Essa categoria conceitual, que possui características iniciais específicas e, há ao menos dez anos vem sendo formulada por pesquisadores, estudantes e trabalhadores de museus pertencentes ao movimento LGBT, evidencia a existência e a possibilidade concreta de outras museologias. Museologias dissidentes que, se posicionam, se organizam e produzem a partir de suas necessidades, uma museologia que não mais fala sobre o outro a partir de práticas e metodologias colonialistas. Mas sim, como um espaço por onde os corpos considerados abjetos e grupos historicamente violentados, falam por eles mesmos.

As observações possibilitadas por este trabalho, não buscam concluir discussões acerca da temática, mas sim fomentar a busca por práticas e uma sensibilidade no fazer museológico, afinal se faz necessário em tempos tão difíceis para a memória e cultura, e para a comunidade LGBT, que o campo assuma sua responsabilidade quanto ao apagamento contínuo dessas memórias.

Acreditamos ser urgente para o campo museológico, consolidar uma comunidade de pesquisa que vá de encontro aos desafios trazidos pelo nosso tempo, e por corpos dissidentes, para que se faça possível imaginar caminhos metodológicos, para o aperfeiçoamento de práticas museais, não mais centradas na cisheteronorma. Por se contrapor a uma museologia tradicional e ser uma discussão relativamente recente, ainda temos muito o que descobrir acerca da temática, com pouca literatura disponível, configurando portanto, uma demanda atual da museologia brasileira.

Pensar no aperfeiçoamento dessas práticas é também pensar estratégias de enfrentamento às violências lgbtfóbicas, é começar a reparar toda uma historicidade nacional, construída na invisibilização de corpos LGBTs e de suas contribuições para a história nacional. Este trabalho portanto existe na tentativa de ampliar possibilidades e discussões teórico metodológicas voltadas à garantia de memórias da comunidade LGBT+ brasileira e suas subjetividades.

Referências

AMAZONAS, Archimedes Ribas. Políticas de museus do governo Lula da Silva. In: *Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis*, 2010.

BAPTISTA, J.; BOITA, T.; WICHERS, C. O que é Museologia LGBT. *Revista Memórias LGBT*, v. 12, p. 10-16, 2020.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, v. 5, p. 108-119, 2017.

BOITA, Tony Willian et al. *Cartografia etnográfica de memórias desobedientes*. 2018.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

SOMBRIO, M.; QUEIROZ, M. Dossiê Estudos de Museologia e Gênero. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 10-14, 2018. DOI: 10.26512/museologia.v7i13.17752. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17752>. Acesso em: 31 mar. 2022.

FACCHINI, Regina et al. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2009.

FACCHINI, Regina. Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil: avanços e desafios. *Jornal da UNICAMP*-25 jun, 2018.

FACCHINI, Regina et al. Entre compassos e descompassos: um olhar para o campo e para a arena do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidade*, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. In: *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 2007. p. 143-143.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Suzy da Silva. *Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas*. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.